



**COLÓQUIO**

TÉCNICO - CIENTÍFICO DO UNIFOA

**XII**2018

CIÊNCIA PARA REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

IV ENCONTRO DE EXTENSÃO

23 a 25 de outubro de 2018

**TRABALHOS COMPLETOS  
HUMANAS E  
SOCIAIS APLICADAS**



**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA  
FUNDAÇÃO OSWALDO ARANHA**

**ANAIS DO  
XII COLÓQUIO TÉCNICO  
CIENTÍFICO DO UniFOA**

**Trabalhos completos:  
Humanas e Sociais Aplicadas**

**Outubro de 2018**

**FOA**

## EXPEDIENTE

### **FOA**

#### **Presidente**

Dauro Peixoto Aragão

#### **Vice-Presidente**

Eduardo Guimarães Prado

#### **Diretor Administrativo - Financeiro**

Iram Natividade Pinto

#### **Diretor de Relações Institucionais**

José Tarcísio Cavaliere

#### **Superintendente Executivo**

Jairo Conde Jogaib

#### **Superintendência Geral**

José Ivo de Souza

Relações Públicas

Maria Amélia Chagas Silva

### **UniFOA**

#### **Reitora**

Claudia Yamada Utagawa

#### **Pró-reitor Acadêmico**

Carlos José Pacheco

#### **Pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação**

Alden dos Santos Neves

#### **Pró-reitor de Extensão**

Otávio Barreiros Mithidieri

#### **EDITORA FOA**

##### **Editor Chefe**

Laert dos Santos Andrade

## **Editora FOA**

[www.unifoa.edu.br/editorafoa](http://www.unifoa.edu.br/editorafoa)

### **FICHA CATALOGRÁFICA**

Bibliotecária: Alice Tacão Wagner - CRB 7/RJ 4316

C718a Colóquio técnico-científico do UniFOA.

Anais do XII Colóquio técnico-científico do UniFOA:  
trabalhos completos : Humanas e Sociais Aplicadas  
[recurso eletrônico]. / Centro Universitário de Volta  
Redonda, outubro de 2018. Volta Redonda: FOA, 2018.  
36 p.

Comitê organizador: Alden dos Santos Neves; Otavio  
Barreiros Mithidieri

ISBN: 978-85-5964-102-8

1. Trabalhos científicos. I. Fundação Oswaldo Aranha II. Centro  
Universitário de Volta Redonda. III. Título.

CDD – 001.42

## COMITÊ ORGANIZADOR

### **Presidência do XII Colóquio Técnico-Científico**

#### **UniFOA:**

Alden dos Santos Neves

### **Presidência do IV Encontro de Extensão do**

#### **UniFOA:**

Otávio Barreiros Mithidieri

Coordenação Geral do evento:

Denise Celeste Godoy de Andrade Rodrigues

Adriana de Souza Forster de Araújo

Aline Rodrigues Gomes

Ana Carolina Dornelas Rodrigues

André Luiz de Freitas Dias

Igor Dutra Braz

Monique Osório Talarico da Conceição

Sergio Elias Vieira Cury

### **Comitê Científico**

Adriana de Souza Forster de Araújo

Aline Rodrigues Botelho

Aline Rodrigues Gomes

Ana Carolina Callegario Pereira

Ana Carolina Dornelas Rodrigues

Ana Paula Cunha Pereira

Anderson Gomes

André Barbosa Vargas

André Luiz de Freitas Dias

Angelica Aparecida Silva Arieira

Bruno Chaboli Gambarato

Carlos Eduardo Costa Vieira

Cristiane Gorgati Guidoreni

Daniele do Val de Oliveira Lima Santa Bárbara

Denise Celeste Godoy de Andrade Rodrigues

Dimitri Ramos Alves

Elton Bicalho de Souza

Emanuel Santos Júnior

Francisco Roberto Silva de Abreu

Heitor da Luz Silva

Henrique Vogel Tavares

Igor Dutra Braz

Ilda Cecília Moreira da Silva

Júlio César Aragã

Laert dos Santos Andrade

Luciana Machado Santos

Luciana Pereira Pacheco Werneck

Lucrecia Helena Loureiro

Marcello Silva e Santos

Marcilene Almeida Maria da Fonseca

Marcos Torres de Souza

Marcos Guimarães de Souza Cunha

Marcos Kazuiti Mitsuyasu

Margareth Lopes Galvão Saron

Maria Aparecida Rocha Gouvêa

Maria da Conceição Vinciprova

Michel Alexandre Villani Gantus

Monique Osorio Talarico da Conceição

Renata Martins da Silva

Rhanica Evelise Toledo Coutinho

Ricardo de Freitas Cabral

Rogério Martins de Souza

Samantha Grisol da Cruz Nobre

Sergio Elias Vieira Cury

Sergio Ricardo Bastos De Mello

Silvio Henrique Vilela

Tallita Vassequi da Silva

Ursula Adriane Fraga Amorim

Venício Siqueira Filho

### **Secretaria**

Bruna Pereira

Elias José da Silva Júnior

Nadja Naira Batista de Almeida

### **Comitê de Administração Científica e Comunicação**

Denise Celeste Godoy de Andrade Rodrigues

Monique Osório Talarico da Conceição

### **Comitê Comercial**

Lizandro Augusto Leite Zerbone

### **Comitê Editorial**

Laert Dos Santos Andrade

Denise Celeste Godoy de Andrade Rodrigues

### **Comitê de Informática**

#### **Coordenação:**

Marcelo Passos dos Santos

Ana Paula Cristina da Silva

Fabício Santos de Queiroz

Thiago Lambert Citeli

### **Comitê Cerimonial**

Maria Amélia Chagas Silva

## SUMÁRIO

Design de superfície: estampas para produtos do Parque Nacional do Itatiaia .....	5
Abuso de Direito por terceiro que insurge contra decisão judicial autorizando procedimento terapêutico .....	15
Problemas de argumentação e textualidade em petições iniciais das Varas Criminais da Comarca de Volta Redonda e a construção do <i>ethos</i> enunciativo .....	22
A utilização da inteligência emocional como diferencial competitivo na gestão empresarial contemporânea .....	30

## **Design de superfície: estampas para produtos do Parque Nacional do Itatiaia**

### ***Surface design: prints for products from the Itatiaia National Park***

**SANTOS, M. M.<sup>1</sup>; MITSUYASU, M. K.<sup>1</sup>**

1 – UniFOA, Centro Universitário de Volta Redonda, Volta Redonda, RJ.  
[michellemarcolino@outlook.com](mailto:michellemarcolino@outlook.com)

### **RESUMO**

Este projeto se baseia no desenvolvimento de soluções gráficas para aplicação em produtos para o Parque Nacional do Itatiaia, localizado no estado do Rio de Janeiro. Ao contrário da maioria dos pontos turísticos do país, o Parque não possui objetos destinados aos visitantes. Diante da necessidade de maior reconhecimento da identidade do local, propõe-se a elaboração de peças que carreguem os símbolos que o caracterizam. Esta ação tem o intuito de atuar ainda como ferramenta de incentivo ao desenvolvimento sustentável, à preservação da natureza e divulgação do Parque. Para tanto, são empregados conceitos do Design de Superfície na criação de padrões e estampas, de forma que os visitantes possam identificar em campo as espécies da fauna e da flora contidas nos artefatos adquiridos. Como forma de apoio, é utilizado o método projetual de Bruno Munari, apresentado no livro “Das Coisas Nascem Coisas”, além da obra “Design de Superfície”, escrita por Evelise Anicet Rüttschilling.

**Palavras-chave:** Design. Design de superfície. Desenvolvimento sustentável.

### **ABSTRACT**

*This project is based on the development of graphic solutions for application in products for the Itatiaia National Park, located in the state of Rio de Janeiro. Unlike most of the tourist attractions in the country, the Park has no objects intended for the visitors. Faced with the need for greater recognition of the place's identity, it is proposed the elaboration of pieces that carry its characteristic symbols. This action aims to act as a tool to encourage the sustainable development, the conservation of nature and the promotion of the Park. For this purpose, concepts of Surface Design will be used in the creation of patterns and illustrations, so that visitors can identify in the field the species of fauna and flora contained in the artifacts acquired. As a form of support, Bruno Munari's design method, presented in the book "Das Coisas Nascem*

*Coisas”, and the book “Surface Design”, written by Evelise Anicet Rùthschilling are used.*

**Keywords:** *Design. Surface design. Sustainable development.*

## 1. Introdução

O primeiro Parque Nacional brasileiro foi criado em 1937 e está localizado na cidade de Itatiaia-RJ. Seu maior objetivo é a conservação da Mata Atlântica, bioma nativo que abriga um grande número de espécies de ocorrência restrita na região e outras ameaçadas de extinção (ICMBIO, s.d.).

Por se tratar de uma área aberta a visitas, sua posição estratégica, entre as cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, favorece o fluxo turístico no local. Observou-se, contudo, que o turismo é consolidado em lugares próximos, que recebem um número maior de visitantes, como Penedo, distrito de Itatiaia. Assim, ferramentas de divulgação podem ser aplicadas para que mais pessoas visitem o Parque Nacional do Itatiaia e conheçam suas belezas naturais.

Desse modo, o presente projeto visa a elaboração de peças gráficas que reflitam a identidade do Parque para a estampa em artefatos destinados aos visitantes. Além de promover a atividade turística, é importante destacar que os objetos devem estimular a preservação ambiental e o conhecimento dos atributos naturais do ambiente.

Para tanto, o Design de Superfície é utilizado na concepção de padrões e estampas contendo elementos da fauna, da flora e outros característicos encontrados no Parque. Esta ferramenta permite o tratamento personalizado de diversas superfícies, incorporando nos objetos os conceitos de sustentabilidade prezados pela Unidade de Conservação.

## 2. Metodologia

Este projeto utiliza como suporte o método descrito por Bruno Munari no livro “Das Coisas Nascem Coisas” (2008). Na obra, o autor define 11 etapas para o bom desenvolvimento de um projeto:

Figura 1- Etapas do método projetual de Bruno Munari



Fonte: Elaborado pela autora. Adaptado de Munari (2008, p. 55).

O método descrito pelo autor não é algo definitivo, podendo ser modificado de acordo com a necessidade do designer, de forma que sua criatividade não seja afetada durante o projeto. As primeiras etapas dizem respeito à dificuldade que o projeto busca resolver. É preciso conhecer e saber definir o problema, pois nele já estão os elementos para a solução.

Após a decomposição do problema, é implantada a fase de Coleta de Dados, que busca levantar informações pertinentes ao estudo de cada assunto abordado.

Foram reunidas as pesquisas sobre sustentabilidade e sua aplicação ao Design e sobre o Parque Nacional do Itatiaia, seus visitantes e os elementos que o caracterizam, com o intuito de conhecer melhor a história do local e seu público. Estudos sobre cores e Design de Superfície também foram necessários para maior compreensão no momento da experimentação.

A Análise de Similares foi realizada buscando diferentes exemplos de aplicação do Design de Superfície, além da observação de modelos de negócios de outros parques e Unidades de Conservação.

Foi então formulada a “Síntese”, que visa reunir os dados coletados e definir as diretrizes do projeto.



### 3. Resultados e Discussão

O objetivo geral do projeto pode ser definido como o desenvolvimento de soluções para o Parque Nacional do Itatiaia, utilizando fundamentos do Design de Superfície para a elaboração de padrões e aplicação em artefatos que transmitam a importância do local e de sua preservação.

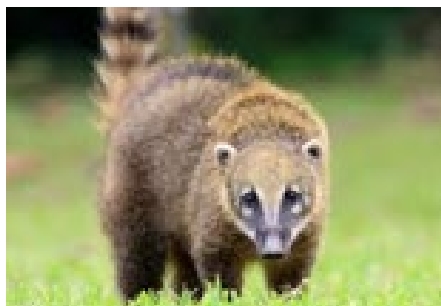
Para isso, foram levantadas informações acerca de sustentabilidade, estudo de cores e de similares, temas relacionados ao Parque, como sua história, perfil dos visitantes e seus símbolos mais característicos. Apesar de abrigar uma extensa quantidade de espécies nativas da Mata Atlântica, algumas delas são mais familiares aos visitantes por serem facilmente observadas durante trilhas e passeios. Diante disso, foram delimitadas certas espécies mais reconhecidas no local, conforme informações obtidas no Centro de Visitantes e no *site* do Parque ([icmbio.gov.br/parnaitatiaia](http://icmbio.gov.br/parnaitatiaia)):

Figura 2 - *Sapajus Nigrinus* – Macaco-prego



Fonte: Victor Marigo (via [vitormarigo.com.br](http://vitormarigo.com.br))

Figura 3 - *Nasua Nasua* – Quati



Fonte: [parqueestadualserradomar.sp.gov.br](http://parqueestadualserradomar.sp.gov.br)

Figura 4 - *Guerlinguetus Ingrami* – Esquilo Caxinguelê



Fonte: portaldosanimais.com.br

Figura 5 - *Araucaria Angustifolia* – Araucária



Fonte: wikipedia.org

Existem ainda espécies extintas ou endêmicas da região. A *ferneseea itatiaiae* é um tipo de bromélia que ocorre apenas no Planalto do Itatiaia, tornando-se assim uma marca da Unidade de Conservação (CNC FLORA, 2012).

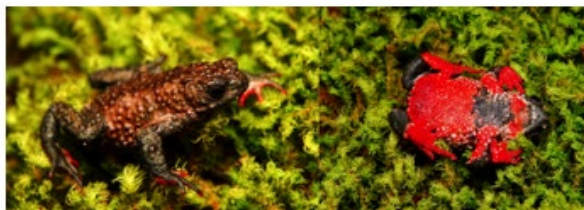
Figura 6 - *Ferneseea Itatiaiae*



Fonte: Ricardo Moura (via chc.org.br)

O sapo-flamenguinho é o maior ícone do local, atualmente representado no logotipo do Parque.

Figura 7 - *Melanophryniscus Moreirae* – Sapo-flamenguinho



Fonte: Adaptado de icmbio.gov.br; chc.org.br

Outros símbolos geram o reconhecimento instantâneo do ambiente por suas características distintas. O Pico das Agulhas Negras e o Centro de Visitantes são exemplos das particularidades do Parque Nacional do Itatiaia.

Figura 18 - Pico das Agulhas Negras e Centro de Visitantes, Parque Nacional do Itatiaia



Fonte: Adaptado de wikiparques.org; tripadvisor.com.br

Além disso, foram estudados os princípios do Design de Superfície e suas aplicações. O Design de Superfície pode ser definido como:

[...] uma atividade criativa e técnica que se ocupa com a criação e desenvolvimento de qualidades estéticas, funcionais e estruturais, projetadas especificamente para constituição e/ou tratamentos de superfícies, adequadas ao contexto sociocultural e às diferentes necessidades e processos produtivos. (RÜTHSCHILLING, 2008, p. 23).

Ele possui ainda princípios básicos para a criação de uma composição harmônica. O conhecimento de conceitos como módulo e repetição é essencial, ainda que sua utilização não seja obrigatória (RÜTHSCHILLING, 2008, p. 63). Tais noções permitem a elaboração de estampas contínuas, comuns em tecidos, papéis de parede ou papéis de presente, por exemplo. Para tanto, é criado um *rapport*, “um tipo especial de repetição de um módulo com encaixes perfeitos” (ROCHA, 2014).

Figura 9 - *Rapport*



Fonte: metapix.com.br

Segundo Evelise Rùthschilling (2008, p. 64), o módulo é a menor área de um padrão e deve possuir todos os elementos visuais do desenho. Cada módulo pode ser organizado de diversas formas (variações chamadas de translação, rotação e reflexão) dentro de uma célula, que corresponde a um espaço ocupado pelos desenhos dos módulos.

Figura 10 - Módulo e suas variações em células



Fonte: estampaqueeugosto.blogspot.com

Dessa forma, o encaixe entre módulos gera diferentes resultados de *rapport* e inúmeras combinações, de acordo com o sistema de repetição escolhido pelo profissional.

#### 4. Conclusão

Com a análise dos similares, observou-se que alguns objetos são recorrentes na maioria das lojas. No entanto, o presente projeto busca o emprego das representações gráficas em artigos que possuam grande visibilidade e ainda funções práticas, estéticas e simbólicas.

Conseqüentemente, artefatos como *ecobags*, camisetas e materiais de papelaria se mostram mais adequados ao propósito de visibilidade. Enquanto itens como ímãs ou acessórios não representam tanto alcance às demais pessoas após sua aquisição, por serem de uso interno, em residências ou escritórios, ou por não serem tão notados.

Löbach (2001, p. 57) afirma que um produto, quando projetado, deve atender a três funções essenciais. As funções práticas são relações obtidas no nível orgânico-corporal entre o produto e seu usuário, elas satisfazem necessidades fisiológicas de uso.

A função estética, entretanto, é definida pelo aspecto psicológico, em níveis sensoriais da percepção durante o uso do produto. Trata-se de uma das funções mais importantes, pois é a primeira a ser percebida e a aparência de um objeto implica imediatamente em sua aceitação ou rejeição. Com isso, a função estética pode significar um fator decisivo para a compra.

A função simbólica do objeto é estabelecida a partir de aspectos espirituais, psíquicos e sociais do uso. Ela permite que o usuário faça associações com experiências passadas. A função simbólica está relacionada à estética, uma vez que sua expressão é determinada através de elementos como cor, forma e cuidados com as superfícies.

Assim, são designadas as atribuições que cada objeto deve cumprir dentro das funções práticas, estéticas e simbólicas:

Quadro 2 - Funções práticas, estéticas e simbólicas desejáveis nos produtos

Item	Funções práticas	Funções estéticas	Funções simbólicas
<i>Ecobag</i>	Alças que proporcionem conforto ao carregar; Confecção em lona resistente e impermeável, que permita o transporte seguro de utensílios;	Impressão digital e de qualidade; Uso de cores e aplicação do Design de Superfície para estampas atraentes;	A arte gráfica deve conter os símbolos e o nome do Parque Nacional do Itatiaia;  Incentivo ao desenvolvimento sustentável através das estampas;
Camiseta	Tecido de algodão, leve e macio, mas que proteja o usuário;  Modelo que valorize o corpo;	A tinta das ilustrações não deve desbotar; Impressão em cores, digital e de qualidade; Ilustrações cativantes para cada público;	Uso do nome do Parque na composição das estampas; Abordagem de temas como sustentabilidade e preservação ambiental



			como formas de expressão nas figuras;
Lápis	Formato ergonômico; Grafite e madeira resistentes; Fácil de apontar e marcar superfícies sem causar fadiga ao usuário;	Uso de cores e aplicação do Design de Superfície para estampas atraentes; Criação de coleções com cadernos e lápis com a mesma identidade visual;	Conter o nome do Parque impresso na estrutura; Utilização dos elementos da fauna e da flora;
Caderno de anotações	Cadernos de bolso ou de tamanho regular; Capa maleável ou capa dura; Folhas pautadas, quadriculadas ou sem pauta;	Diferentes opções de padrões e cores para capas; Modelos simples ou com fechamento elástico; Utilização de papel reciclado; Criação de coleções com cadernos e lápis com a mesma identidade visual;	Aplicação do nome do Parque e elementos característicos na composição das estampas e padrões; Informações sobre o local e a espécie representada graficamente contidas no interior do caderno;

Fonte: (Elaborado pela autora)

Visto que que a maioria dos artigos similares apresenta apenas uma ilustração ou o nome do Parque a que se destina, notou-se a semelhança entre as peças mesmo em ambientes distintos. Assim, a preocupação com as funções estética e simbólica no tratamento das superfícies dos produtos é indispensável.

O Design de Superfície deve se incorporar aos elementos de fácil reconhecimento do ambiente para a elaboração de estampas diferenciadas capazes de refletir a identidade do Parque. Com isso, os objetos devem ser dotados de personalidade, favorecendo o alcance das funções estética e simbólica.

### Referências Bibliográficas

DOUGHERTY, Brian. **Design Gráfico Sustentável**. São Paulo: Rosari, 2008.

FREITAS, Renata. **Design de Superfície: Ações Comunicacionais Táteis nos Processos de Criação**. São Paulo: Blücher, 2011.

ICMBIO – INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Parque Nacional do Itatiaia**. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/parnaitatiaia/>>. Acesso em: 06 mai. 2018.

LÖBACH, Bernd. **Design Industrial – Bases para a configuração de produtos industriais**. São Paulo: Blücher, 2001

MUNARI, Bruno. **Das Coisas Nascem Coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

ROCHA, L. Metapix. **O que é *Rapport***, 2014. Disponível em:  
<<https://metapix.com.br/artigo/2014/05/26/o-que-e-rapport/>>. Acesso em: 31 mai. 2018.

RUBIM, Renata. **Desenhando a Superfície**. São Paulo: Rosari, 2010.

RÜTHSCHILLING, Evelise. **Design de Superfície**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

## **Abuso de Direito por terceiro que insurge contra decisão judicial autorizando procedimento terapêutico**

### ***Abuse of law by third party insuring against judicial decision authorizing therapeutic procedure***

**HENRICHES, M.B.F.<sup>1</sup>; SILVA, J. R.<sup>2</sup>; SILVA, D. C.C.<sup>2</sup>**

1 – Mestre e Professora do UniFOA, Centro Universitário de Volta Redonda, Volta Redonda

2 – Discente do UniFOA, Centro Universitário de Volta Redonda, Volta Redonda, RJ.

[jordan-jrs96@hotmail.com](mailto:jordan-jrs96@hotmail.com)

### **RESUMO**

Sabe-se que cada vez mais o judiciário vem se deparando com questões de grandes polêmicas envolvendo fetos portadores de síndromes, as quais geram malformações e ocasiona a inviabilidade de vida fora do útero da mãe. Visto o julgamento da ADPF nº 54 e tendo em vista que os pais se respaldam de laudos médicos comprovando a impossibilidade de vida extrauterina de seus fetos, estes através do direito de autodeterminar suas condutas recorrem ao judiciário em busca de uma decisão que autorize o procedimento terapêutico a fim de evitar maiores danos psíquico-morais. Contudo, quando terceiros tomam ciência dessa autorização, estes insurgem com base em seus ideais a fim de impedir que a prática ocorra defendendo o direito à vida do feto e se utilizando como fundamento que os pais estariam cometendo um homicídio. Tendo em vista este cenário, surge-se a necessidade de analisar a responsabilidade civil deste intercessor, uma vez conforme julgados estaria incorrendo no abuso do direito de ação ao provocar o estado juiz com o fim de impedir a intervenção.

**Palavras-chave:** Abuso do direito. Adpf nº 54. Responsabilidade civil.

### **ABSTRACT**

*It is known that more and more the judiciary has been confronted with issues of great controversy involving fetal carriers of syndromes, which generate malformations and causes the inviolability of life outside the mother's womb. Given the judgment of ADPF nº 54 and considering that the parents are backed by medical reports proving the impossibility of extra uterine life of their fetuses, these through the right to self-determine their behaviour, they resort to the judiciary in search of a decision*



*authorizing the therapeutic procedure in order to avoid further psychic-moral damages. However, when third parties are aware of this authorization, they argue based on their ideals in order to prevent the practice from occurring in defense of the fetus's right to life and on the basis that the parents are commenting on a murder. In view of this scenario, the need arises to analyze the civil liability of this intercessor, once it is deemed to be incurring the abuse of the right to action by provoking the state judge in order to prevent intervention.*

**Keywords:** *abuse of right. adpf nº 54. civil responsibility.*

## 1. Introdução

O presente estudo propõe trazer reflexões sobre decisões judiciais que autorizam a antecipação terapêutica de fetos com malformações genéticas, uma vez que tal situação gera inviabilidade de vida extrauterina, e a responsabilidade civil de terceiros diante do impedimento desta decisão.

Analisando que quando se tem uma decisão que garante a intervenção terapêutica, já que a probabilidade de vida de um feto com determinada síndrome ou anomalia fora do útero é mínima de existência, surge para os pais o direito de optar por esta intervenção e, conseqüentemente, diminuir qualquer prejuízo emocional, respaldando-se no princípio da dignidade da pessoa humana, que vela pelo respeito e pela proteção da integridade física e emocional (psíquica) do indivíduo.

Por outro lado, embora o Estado seja laico, sabe-se que as religiões têm uma grande influência na forma de pensar da sociedade, influenciando significativamente em sua cultura. Assim sendo, em determinados casos, é possível perceber autoridades religiosas posicionarem-se contra qualquer intervenção que venha retirar a vida de um ser, interferindo com base no que acredita e no que se professa. Utilizando-se como fundamento o exercício regular do seu direito, que importa em uma excludente de ilicitude, pois acredita estar agindo dentro dos parâmetros legais. Resta saber se a intervenção deste terceiro contra uma decisão que garante a intervenção terapêutica estaria incorrendo por abuso do direito e se é passível de indenização.

Perante essa situação surge a discussão se essa intervenção configuraria um abuso do direito resultando assim em uma obrigação de indenizar, já que este terceiro estaria violando direitos inerentes aos pais, causando assim danos aos mesmos.

Porém, a lei considera, ainda, que a conduta de um agente venha a causar um dano a outrem não haverá obrigação indenizatória; contudo, para isso, é necessário estar amparado por um interesse jurídico-social.

Deste modo, far-se-á necessário ponderar os princípios jurídicos fundamentais, como o direito à vida do feto em contraponto com o direito de autodeterminação dos pais frente à questão, utilizando-se a dignidade da pessoa humana, que é um princípio, que no plano axiológico, serve como balizador de todos os demais princípios e direitos fundamentais que regem nossa sociedade.

À vista disso, discussões envolvendo se uma vida deve existir ou não trazem à tona uma série de questionamentos e conflitos, ainda mais quando há essas interferências de terceiros.

Diante disso, quando de um lado da relação tem-se um sujeito que tenta intervir na família alheia respaldando-se em suas crenças, ideologias, dogmas religiosos, amparado em seu exercício regular de um direito. E, do outro lado, têm os pais, que são responsáveis por zelar pela vida do nascituro, mas, com base em princípios e garantias constitucionais, possuem a autodeterminação de interromperem a gravidez, em razão da inviabilidade da vida extrauterina, como melhor solução para evitar um maior sofrimento se finda um conflito entre direitos positivados na Constituição.

Nesse contexto, pode-se ressaltar a tamanha relevância que acompanha este tema, o que se torna extremamente importante o estudo dessa relação e, conseqüentemente, seus efeitos e limites.

Pretende-se, ainda, com este trabalho, analisar decisões que servem como base para o caso em tela, na tentativa de vislumbrar, mesmo que de forma modesta, possível solução para a questão.

## **2. Metodologia**

Optar-se-á no presente trabalho como principal tipo de pesquisa quanto aos objetivos, a exploratória, através de um levantamento bibliográfico com objetivo de trazer clareza ao caso em questão.

A coleta dos dados dar-se-á por meio de revisão bibliográficas, em livros, artigos jurídicos, jurisprudências, doutrinas, internet, legislação pátria, direito comparada, através de leituras seletivas e reflexivas para se chegar a uma análise completa.

### 3. Resultados e Discussão

O presente trabalho propõe-se a discutir o caso, ocorrido em 2005, cujo um padre foi condenado a pagar danos morais a um casal, por impedir a interrupção de gravidez, tendo a decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça noticiada, em seu site, conforme delinear-se-á abaixo.

Trata-se de um casal, que conseguiu na justiça uma autorização que permitia o aborto de seu feto, o qual foi diagnosticado com Síndrome de *Body Stolk*, que importa em um conjunto de má-formação, o que tornava inviável a vida extrauterina.

O Padre Luiz Carlos Lodi da Cruz, ao saber de tal situação, impetrou o habeas corpus, alegando o seguinte fundamento: que os pais iriam praticar um homicídio, defendendo assim o nascimento deste feto.

Durante a internação hospitalar da gestante, foi dado início ao procedimento de intervenção, ocorre que os pais foram surpreendidos com a decisão do Tribunal de Justiça de Goiás, onde este deferiu a impetração de habeas corpus feita pelo padre.

Diante do impedimento acolhido pelo tribunal, o casal retornou para seu domicílio onde passaram oito dias agonizantes, quando assim retornaram para o hospital e o feto veio a falecer, logo após o parto.

Em decorrência dos fatos e de todo sofrimento, os pais ajuizaram uma ação de dano moral, em face do Padre, não alcançando sucesso na Justiça de Goiás recorreram ao STJ, que o condenou a pagar R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) por interrupção de gravidez, aos pais (STJ, 2018).

A decisão condenando o padre ao pagamento de indenização veio da 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, que acreditou que o padre abusou do seu direito de ação e violou direitos da gestante e de seu marido, ocasionando-lhes sofrimento inútil (IDEM).

### 4. Conclusão

Vivemos em um estado laico e imparcial quando se trata das relações religiosas, a ideia de laicidade vem da não intervenção quanto à escolha da religião de cada indivíduo e, principalmente, da separação do Estado da religião. Além do mais é um dever do Estado permitir e garantir a liberdade religiosa, possibilitando assim que cada pessoa se identifique com sua crença e assim possa seguir acreditando nela.

Embora vivamos em uma sociedade democrática regida por um Estado laico, temos consciência de que a religião foi e permanece tendo uma grande importância. Sendo a base para a construção dessa e servindo como um condutor para o homem nas escolhas de sua vida, modo de pensar e se determinar além de promover o crescimento deste indivíduo nas relações sociais, contribuindo assim para o seu desenvolvimento pessoal.

Porém essa influência da religião na vida das pessoas pode ser significativa, fazendo com que elas tomem determinadas decisões com base no que seguem ou até mesmo influenciarem em suas vidas a ponto de determinar ou impedir algo. Diante disso, quando certas entidades religiosas, leia-se terceiros, se deparam com alguma questão, da qual eles se sentem na necessidade de tutelar, como no exemplo supracitado, o caso em tela, estes querem se amparar em seu exercício regular de um direito como excludente de ilicitude para tentar impedir qualquer decisão que seja contrária aos seus valores.

Embora o Estado seja imparcial, quando se envolve religião, isso não significa que o indivíduo, que segue determinada ideologia ou professe dada religião, esteja proibido de invocar suas crenças e dogmas à outra pessoa. Porém, não é cabível que esta imposição ultrapasse a esfera do agente e venha violar direitos às vítimas do dano decorrente dessa violação.

Como verificamos no julgamento do caso em tela, entendeu-se que ainda que o padre tivesse o direito de ação, no exercício deste direito, excedeu-se, exercendo-o de forma abusiva e antifuncional, à medida que se insurgiu contra uma decisão judicial, que havia autorizado a antecipação terapêutica. Tanto que a gestante já havia tomado remédios, internado em hospital, e foi impedida de se submeter a procedimento já iniciado.

Por outro lado, este entendimento está longe de ser unânime, tanto que o respeitado doutrinador civilista, Nelson Rosendal não compactua com os fundamentos da decisão que condenou o impetrante do mandado de segurança ao pagamento de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), a título de dano moral.

Conclui-se que apesar do livre exercício de uma crença ser considerado um direito fundamental, o qual é protegido como cláusula pétrea, e permite a possibilidade de se professar uma religião, por outro lado, a dignidade da pessoa humana é também considerada um fundamento da república e serve como interpretação para os demais direitos.

Então, quando diante do caso concreto, existe um conflito entre o direito a seguir os dogmas religiosos e, do outro lado, o direito à dignidade da pessoa humana, diante da inexistência de hierarquia entre estes direitos, já que os interesses se encontram em um mesmo plano, o julgador deve buscar a solução deste conflito utilizando-se da técnica da ponderação dos interesses, levando em conta o caso concreto.

Apesar da respeitável opinião do professor Nelson Rosenvald conforme citada no capítulo anterior, entendo que o julgado em tela no exercício da ponderação dos direitos, privilegiou o direito da mãe, uma vez que já havia iniciado o procedimento terapêutico, o que lhe causou mais danos dos já ocorridos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AURELIO, Marco Aurélio (relator). STF. **ADPF 54/2012**. Disponível em: [jurisprudencia.s3.amazonaws.com/STF/IT/ADPF\\_54\\_DF\\_1387980410881.pdf?Signature=Zn4kXnO58VI1vpd03rp6V%2F8Mu0E%3D&Expires=1522002080&AWSAccessKeyId=AKIAIPM2XEMZACAXCMB&response-content-type=application/pdf&x-amz-meta-md5-hash=6fdc894f23179f65d15d259ea7c97337](http://jurisprudencia.s3.amazonaws.com/STF/IT/ADPF_54_DF_1387980410881.pdf?Signature=Zn4kXnO58VI1vpd03rp6V%2F8Mu0E%3D&Expires=1522002080&AWSAccessKeyId=AKIAIPM2XEMZACAXCMB&response-content-type=application/pdf&x-amz-meta-md5-hash=6fdc894f23179f65d15d259ea7c97337). Acesso em: 25 de Março de 2018.

ADRIGHI, Nancy (relatora). STJ. **Recurso Especial Nº 1.467.888**. Disponível em: [https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&sequencial=1548482&num\\_registro=201401589820&data=20161025&formato=PDF](https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&sequencial=1548482&num_registro=201401589820&data=20161025&formato=PDF). Acesso em: 25 de Março de 2018

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal**: parte especial arts. 121 a 212. 12.ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

CRUZ, Luiz Carlos Lodi. Condenação por impedir o aborto. **Provida de Anápolis**. Disponível em: <http://www.providaanapolis.org.br/index.php/todos-os-artigos/item/529-condenacao-por-impedir-aborto>. Acesso em: 25 de Março de 2018

DIMOULIS, Dimitri; MARTINS, Leonardo. **Teoria Geral dos Direitos Fundamentais**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2014

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**: Responsabilidade Civil. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

KARAGULIAN, Patrícia Partamian. **Aborto e legalidade**: malformação congênita. São Caetano do Sul, SP: Yendis Editora, 2007.

NADER, Paulo. **Curso de Direito Civil: Responsabilidade Civil**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

RODRIGUES, Sílvio. **Direito Civil: Responsabilidade Civil**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

ROSENVALD, Nelson. **Responsabilidade Civil do Padre**. Disponível em: <https://www.nelsonrosenvald.info/single-post/2017/01/17/O-STJ-e-a-responsabilidade-civil-do-padre>. Acesso em: 25 de Março de 2018

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos Direitos Fundamentais**. 11.ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

SUPREMO TRIBUNAL JUSTIÇA. **Padre é condenado a pagar danos morais por impedir interrupção de gravidez**. Disponível em: [http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt\\_BR/Comunica%C3%A7%C3%A3o/noticias/Not%C3%ADcias/Padre-%C3%A9-condenado-a-pagar-danos-morais-por-impedir-interrup%C3%A7%C3%A3o-de-gravidez](http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Comunica%C3%A7%C3%A3o/noticias/Not%C3%ADcias/Padre-%C3%A9-condenado-a-pagar-danos-morais-por-impedir-interrup%C3%A7%C3%A3o-de-gravidez). Acesso em: 25 de Março de 2018

STOLZE, Pablo; GAGLIANO, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil: Responsabilidade Civil**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

TARTUCE, Flávio. **Manual de Direito Civil**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense/ São Paulo: Método, 2016.

## **Problemas de argumentação e textualidade em petições iniciais das Varas Criminais da Comarca de Volta Redonda e a construção do *ethos* enunciativo**

### ***Argumentation and textuality problems in initial petitions of the Criminal Justisdictions of Volta Reonda's judicial district and the construction of the enunciative ethos***

**SILVA, C. M. G.<sup>1</sup>; DIAS, G. M. S.<sup>1</sup>; MARQUES, J. G.<sup>1</sup>**

1 – UniFOA, Centro Universitário de Volta Redonda, Volta Redonda, RJ.  
[claudia.silva@foa.org.br](mailto:claudia.silva@foa.org.br)

#### **RESUMO**

Este trabalho visa a analisar o uso da linguagem como viabilizadora da exteriorização das marcas personalíssimas que cada indivíduo traz consigo, em decorrência de sua vida dentro de um grupo social, em determinados tempo e espaços físico e cronológico. O corpus analisado é constituído por petições iniciais da 1ª Vara Criminal da Comarca de Volta Redonda e nele observaremos o trato dado à palavra pelos enunciadores e o modo como se dá o assentamento do outro sujeito discursivo, no caso, o Juiz, de modo a detectar uma das imagens forjadas pelo enunciador, ao criar um *ethos* de credibilidade diante desse interlocutor. Ao analisar o corpus selecionado, percebemos que as coerções próprias da língua, cuja colaboração para a tessitura discursiva é evidente, como por exemplo, os mecanismos de coesão textual que absorvem a noção semântica de conexão e a seleção lexical, são utilizados de forma bastante problemática e concorrem para a produção de um texto pouco eficaz no que tange à argumentação. Nossa investigação incidirá, portanto e especificamente, sobre a perda da textualidade nessas peças processuais e apontará possíveis soluções para tais problemas, decalcando os fatos vários da língua que contribuem para a construção do *ethos* enunciativo.

**Palavras-chave:** Linguagem. Discurso. *Ethos*.

#### **ABSTRACT**

*This research aims to analyze the use of language as an enabler of the exteriorization of the personal marks every individual brings within, as a result of their social group lives, in certain physical and chronological time and spaces. The analyzed corpus consists of initial petitions of the Volta Redonda's judicial district's Criminal Court and how the enunciators use their words to settle the other discursive subject, specifically, the Judge, in order to detect one of the images forged by the enunciator in creating an ethos of credibility before*



*its interlocutor. In analyzing the selected corpus, we notice that linguistic constraints, that evidently collaborate to discursive wording, such as textual cohesion mechanisms that absorb the semantic notion of connection and the lexical selection, for instance, are used in a very problematic manner and contribute to the production of a not very effective text when it comes to argumentation. Thus, the investigation will focus specifically on the textuality loss in these lawsuits and point out possible solutions to such problems, highlighting the various language facts that contribute to the construction of the enunciative ethos.*

**Keywords:** Language. Discourse. Ethos.

## 1. Introdução

O discurso não é somente o lugar onde se manifestam as conexões internas da língua, mas também onde são expostas as questões sociais nas interações que se dão entre sujeitos, construindo-se, dessa forma, o *ethos* enunciativo. A variante padrão do Português do Brasil, eleita como a representação do ideal linguístico da comunidade jurídica, pressupõe que todo texto jurídico observe as conexões internas e externas da língua em suas tessituras, deixando evidente a relação entre língua e sociedade, binômio cuja premissa é fundamental para a realização de um estudo da estrutura linguística utilizada na redação das iniciais da área jurídica, uma vez que os objetivos pretendidos em suas argumentações são o convencimento e, principalmente, a persuasão.

Partimos do pressuposto de que as relações de poder estabelecidas pela palavra conduzem à construção de imagens, à percepção do outro no momento do costuramento discursivo e os ajustamentos necessários entre o “eu” e o “outro” para o desenvolvimento da argumentação. Considerando que o poder imanente da palavra é premissa fundamental para identificar o *ethos* dos enunciadores discursivos, demos, pois, enfoque ao modo como se dá a sua constituição nesses discursos, tendo em vista a representação histórica, social, linguística e discursiva dos sujeitos e sua identidade individual ou coletiva.

## 2. Metodologia

Nosso estudo se propôs a analisar minuciosamente o uso dos elementos linguístico-argumentativos utilizados, de modo a verificar se tais práticas discursivas



sustentavam as práticas sociais necessárias a essa categoria de sujeito, a fim de que pudéssemos constatar a interdependência entre discurso e sociedade e a dependência profunda entre as instituições sociais e a linguagem, sob a perspectiva de que o domínio da palavra é fundamental para conferir credibilidade aos discursos, ratificar o lugar de onde se fala e estabelecer uma relação linguística entre pessoas de polos idênticos ou não.

Observando o comportamento da palavra, a intencionalidade projetada e a eficiência construída ou não, tecemos considerações pertinentes quanto ao uso do vernáculo e das propriedades da língua na eficiência significativa e propusemos, quando foi o caso, soluções para problemas encontrados que desconstruíam os significados pretendidos.

### **3. Resultados e Discussão**

#### **3.1. Petição Inicial: um gênero processual**

O gênero processual diz respeito a textos produzidos por advogados, procuradores e promotores dentro de um processo, defendendo-se uma causa, que também podemos nominar como tese, em que são apresentados fundamentos e fatos jurídicos, sociais, filosóficos que possam contribuir para a defesa do que se propõe como “certo” e “verdade” e que cose o texto obedecendo a uma ordem cronológica e lógica dos fatos, com a intenção única de persuadir o interlocutor, no caso, o juiz, mesmo sabendo que o texto passará pelas mãos da outra parte. (SILVA, 2016)

O advogado, por exemplo, evoca a voz da lei e da jurisprudência que convém para comprovar a veracidade dos fatos apresentados, imiscuindo a seu texto o relato desses fatos de acordo com a sua visão. Apresenta sua “verdade” de modo imperativo, sugerindo condutas, movimentando visões por meio das estratégias que produz, a fim de que não surjam dúvidas quanto ao que declara e, dessa forma, induz o outro, seu coenunciador, a aderir à sua causa e a tomar os posicionamentos que deseja naquela determinada circunstância. Segundo Silva (2016, p.106),

Importa para o enunciador a opinião de seu interlocutor para a elaboração do seu discurso, por conseguinte, menos importa na argumentação considerar o que pode ser provado ou verdadeiro, mas sim a quem ela se destina. O caráter do destinatário, suas convicções e ideais é que deverão, portanto, animar o espírito do enunciador para promover sua argumentação.

No entanto, o enunciador não deve abandonar seu senso moral em prol da persuasão, mas sim adaptar o seu discurso visando a dirimir as dificuldades, que

podem ser previstas quando se preocupa em conhecer previamente seu interlocutor. Para o exercício da palavra, considerar-se-á também e portanto, o estilo, estudando-o para que se possa adequá-lo às circunstâncias em que ela será proferida.

As diversas situações de comunicação exigem comportamentos linguísticos distintos, portanto, a palavra proferida nas petições iniciais deve ser essencialmente adequada à instância em que ela se realiza. O texto processual, em decorrência, apresenta-se impregnado de uma ideologia que só interessa para defender a causa/tese, naquela situação de comunicação e o comportamento linguístico exigido bastante específico para a realização do discurso que se deseja.

### **3.2. Seleção e organização lexical no discurso: uma questão de estilo**

As peças processuais que analisamos nesta pesquisa guardam marcas personalíssimas e o estudo de suas especificidades, revelam um “estilo” particular e uma a estratégia retórica e argumentativa concedendo ao homem o poder de caracterizar-se a si mesmo.

Ao retratar as questões sociais de cada época, a palavra atravessa o tempo, transformando o homem e transformando-se a si mesma, ajustando-se às necessidades de mudanças exigidas pelas conexões internas e externas que nela se realizam e que influenciam sua seleção na escrituração dos textos. Enunciada, por conseguinte, a palavra situa o homem no tempo e espaço, ratificando-o como um ser histórico, receptor de heranças culturais, religiosas e intelectuais, que permitem que ele se ponha no mundo.

A escolha adequada das palavras resulta na eficiência da comunicação, na associação de ideias que pesam no seu efeito e no da frase em que se encontra essa seleção. A escolha entre sinônimos, por exemplo, permite reconhecer o enriquecimento da linguagem e um recurso de estilo e derramar matizes vários sobre um determinado fato, tecendo sobre ele novos pontos de vista.

### **3.3. A orientação argumentativa**

A organização de uma sequência lógica dos elementos linguísticos responsáveis pelas relações de sentido estabelecidas entre as sentenças, está diretamente ligada a noções semânticas e às relações que surgem dessa relação. Tais ligações podem ser/estar expressas por conectivos, embora a responsabilidade

dos sentidos impressos nos discursos se deva à interação dos interlocutores do/no processo discursivo e da situação de comunicação em que ele se dá. A constituição do discurso depende, portanto, de um conjunto de elementos que sustentam a sua relação de significação com o mundo.

Os conectores textuais fazem parte desse conjunto e têm uma função muito maior do que enfeitar ou apenas organizar um texto. Seu uso consiste, principalmente, em permitir o acesso a informações necessárias às inferências. Podemos afirmar, portanto, que o hiato entre a intenção e a expressão pode se tornar menor quando elementos linguísticos como os conectores são usados adequadamente e deixam clara a relação pretendida por quem produz o texto, visto que desempenham funções bastante complexas, permitindo observar tanto o nível da textura, como o semântico e o da enunciação, além da orientação argumentativa. (SILVA, 2016)

No texto escrito não há espaço para questionamentos, por isso, qualquer conexão inadequada pode contribuir para sua incoerência. A escolha e uso adequado dos conectores, ou seja, de palavras ou expressões que ligam, articulam, promovem a transição entre palavras, frases, orações, períodos, parágrafos é fundamental para que a intencionalidade seja alcançada e, em decorrência, a aceitabilidade.

Para a construção das estratégias argumentativas, um dos mecanismos para a sua estruturação é a organização dos períodos e das orações e o processo de combinação pode ser feito por tanto por coordenação como por subordinação, que são usadas a fim de que as relações gerem uma linguagem em que prevaleça a afetividade, apropriada, principalmente, para a transmissão de estados emocionais do enunciador (uso da coordenação), ou para linguagens informativas ou intelectivas, que necessitem de maior rigidez lógica e, em decorrência, de um texto com maior objetividade (uso da subordinação). Se, no entanto, a natureza do discurso for uma defesa jurídica, por exemplo, a escolha da subordinação deve prevalecer, tendo em vista o estilo mais formal e a logicidade que se exige nessa modalidade discursiva.

### 3.4. Algumas análises

“No dia dos fatos, policiais militares procederam até o endereço supracitado para cumprir mandato de prisão em desfavor de ...”

Mandato de prisão não existe, mas sim mandado de prisão. Consideramos que tal erro tenha se dado, talvez, por distração, mas de todo modo, em uma peça dirigida a um magistrado, em que a leitura também é feita por seus pares, é inadmissível.

*“Ressalta-se que o denunciado não resistiu à prisão e indicou aos policiais, após ser indagado, que as munições e a arma estavam em uma gaveta em seu quarto, bem como que eram de sua propriedade.”*

A apreciação pela expressão “bem como” é notória, visto que ela é repetidamente usada, mesmo quando a coordenativa “e” realiza bastante bem e de forma totalmente eficiente a conexão entre as sentenças. No fragmento acima, a seleção de “bem como que” deforma o texto, além de não acrescê-lo da ideia pretendida. Sugerimos a seguinte redação: *Ressalta-se que o denunciado não resistiu à prisão e indicou aos policiais, após ser indagado, que as munições e a arma estavam em uma gaveta em seu quarto, informando-lhes que elas eram de sua propriedade.*

*“De priori, argumenta-se que os acusados em nenhum momento deixou de assumir a propriedade da referida arma com sua, razão pela qual invoca-se a atenuante prevista em lei.”*

A expressão *A priori* é uma locução adverbial da língua latina, que não se encontra no dicionário da língua portuguesa, usada para fazer referência a um princípio anterior à experiência, que pode indicar “aquilo que vem antes de”. Importante, no entanto, considerar que devemos evitar o uso de expressões latinas quando houver uma outra em língua portuguesa que a substitua de forma eficiente. Posto isso, é possível verificar que o enunciador “constrói” uma “nova” locução: “de priori”, que não existe sequer na língua latina.

*“Inobstante isso, a autoridade policial houve por bem autuá-la em flagrante delito...”*

O uso de *inobstante* é comum nos meios jurídicos, com o sentido contrastivo de *apesar de* e constitui um neologismo específico dessa área, por se tratar de palavra não dicionarizada. Napoleão Mendes de Almeida, importante e influente gramático e filólogo da língua portuguesa no século XX atribui a criação de *inobstante* à falta de amadurecimento do usuário, comparável à que deu origem a palavras que de igual modo não existem, como “aliasmente”. Seu uso deve ser, portanto, evitado, pois nada acrescenta à argumentatividade desejada.

*“A requerente, conforme narrado anteriormente, foi surpreendida pela ação policial, no momento em que passeava com seu namorado, sendo que, no mesmo não estando de posse de nenhuma substância entorpecente ou de objetos utilizados*

*para a prática do crime, foi presa, juntamente com os demais, em flagrante delito por tráfico de drogas...”*

O uso de “*no mesmo*” não se justifica pelo fato de o referente não ser um nome regido pela preposição “em”. “*Juntamente com*” é um pleonasma vicioso e, portanto, devido à formalidade do documento não deve ser usado.

*Nesse norte imperioso assoma a transcrição de jurisprudência, a qual guarda pertinência figadal a hipótese in examine.*

Novamente, o uso de expressão latina “*in examine*”, no lugar de outra em língua portuguesa e de igual valor semântico, mescla o texto sem trazer, no entanto, qualquer informação preciosa ou ao menos conferir estilo ao discurso.

#### 4. Conclusão

Neste trabalho, privilegiamos alguns fatos discursivos e linguísticos presentes em três petições iniciais, apresentadas nas Varas Criminais da Comarca de Volta Redonda, com o objetivo de realizar uma análise da imagem construída de enunciadores que transitam na área jurídica. Verificamos que em relação ao uso da variante padrão do português do Brasil, há infrações quanto à ortografia vigente, problemas de concordância e regência verbais, inclusive a inadequada correlação dos tempos verbais, usos equivocados da próclise e ênclise, por exemplo. A ausência de vírgulas ou o excesso delas, também prejudicam os textos no que tange à coerência.

O uso de expressões latinas visando a um rebuscamento da seleção lexical tem o intuito de estabelecer uma relação paradigmática como discurso jurídico legal, em que o prevailecimento de um estilo mais rebuscado é incontestado, mas no caso das peças analisadas, cria-se apenas um *ethos* afetado, cuja erudição é desconstruída imediatamente, ao se prosseguir o discurso.

À conta disso, vislumbrando a relação linguística entre pessoas de polos distintos, já que os coenunciadores são magistrados, é fundamental por parte do enunciator o domínio da palavra, de modo a conferir credibilidade a seus discursos e ratificar o merecimento de estar tecendo uma defesa que pode garantir a liberdade de um indivíduo. A cena de enunciação, portanto, muito importa para a nossa análise, visto que envolve a percepção que o enunciator tem do outro, para ajustar a sua imagem de forma a persuadir seu auditório. Temos, pois, que todo esse conjunto

inaugura a constituição do *ethos* e estabelece a sintonia entre os interlocutores do discurso.

Cada gênero textual está associado a um contrato de comunicação, ou seja, a um conjunto de “direitos” e “deveres” de quem produz o texto e de quem o interpreta. Cada característica de um gênero corresponde a uma cláusula e, pois, o critério utilizado para a seleção e análise de nosso *corpus* obedeceu, também, a essas noções.

Para Aristóteles (2005, p. 33-34), “Obtém-se a persuasão por efeito do caráter moral, quando o discurso procede de maneira que deixa a impressão de o orador ser digno de confiança.” Silva (2006, p. 97) entende que só se persuade, portanto, pela e na ação da palavra, pois nesse movimento – realizado quer por hábito, disposição ou acaso –, o homem revela o desejo de alcançar um fim determinado e procura agir com desenvoltura para atingi-lo.

### **Referências Bibliográficas**

ARISTÓTELES. *A arte retórica*. Trad. Godofredo Telles Júnior. Rio de Janeiro: Editora Tecnoprint S.A., s.d.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. Trad. Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2006.

PAULINO, Daniel ET AL.; Maria Stella Ferreira Levy (org.) *Linguagem e suas aplicações no Direito*. São Paulo: Paulistana Editora, 2006.

MAINGUENEAU, Dominique. *Cenas da Enunciação*. Organização: POSSENTI, Sório e SOUZA-E SILVA, Maria Cecília Perez de. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

OSAKABE, Haqira. *Argumentação e Discurso Político*. 1ª Edição. São Paulo: Kairós Livraria e Editora LTDA, 1979.

PERELMAN, Chaïm e OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. Trad. Eduardo Brandão. – 2ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2005.

SILVA, Claudia Maria Gil. *Discursos de posse dos Presidentes do Supremo Tribunal Federal – Brasil, capital Brasília: uma das faces do ethos do Poder Judiciário*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

## **A utilização da inteligência emocional como diferencial competitivo na gestão empresarial contemporânea**

### ***The use of emotional intelligence as a competitive differential in contemporary business management***

**REIS, P. N. C.<sup>1</sup>; CAVALCANTI, I. C. L.<sup>1</sup>; NEVES, M. R. L. <sup>1</sup>; MORAES, W. A. <sup>1</sup>;  
KELLY, L. T. S. <sup>1</sup>**

*1 – UniFOA, Centro Universitário de Volta Redonda, Volta Redonda, RJ.  
[patricia.nunes@foa.org.br](mailto:patricia.nunes@foa.org.br)*

### **RESUMO**

O tema Inteligência Emocional (IE) é relevante pelo fato da emoção impactar no sucesso organizacional. Para tanto, o objetivo geral da pesquisa foi mostrar a importância IE nas diversas relações estabelecidas no ambiente de trabalho e sua utilização nas questões profissionais e interpessoais. O trabalho se justificou pela necessidade de analisar o comportamento das pessoas em relação à cobrança desenfreada dos gestores na intenção de melhorar os resultados empresariais. A pesquisa foi desenvolvida por meio de livros, estudos de casos, internet e artigos publicados em *sites* oficiais. No que se refere à problemática da pesquisa, observou-se que as organizações contemporâneas precisam intensificar estudos no que se refere às relações interpessoais dos seus profissionais de modo que os mesmos possam desenvolver competências profissionais pautadas no autoconhecimento a fim de adquirirem, na prática, autoconfiança. Acredita-se que o perfil de profissional calmo, resiliente, que saiba gerenciar com sabedoria suas próprias emoções, seja empático em relação às emoções dos outros colaboradores, e, que possua inteligência relacional, tenha mais chances de alcançar o sucesso e desempenhar com maior desenvoltura suas obrigações.

**Palavras-chave:** Inteligência Emocional. Liderança.

### **ABSTRACT**

*The theme Emotional Intelligence (IE) is relevant because the emotion impacts on organizational success. Therefore, the general objective of the research was to show the IE importance in the diverse relationships established in the work environment and its use in professional and interpersonal issues. The work was justified by the need to*



*analyze the behavior of people in relation to the unbridled collection of managers in order to improve business results. The research was developed through books, case studies, the internet and articles published on official websites. With regard to the research problem, it was observed that contemporary organizations need to intensify studies on the interpersonal relations of their professionals so that they can develop professional skills based on self-knowledge in order to acquire, in practice, self-confidence . It is believed that the profile of a calm, resilient professional who knows how to wisely manage his or her own emotions, empathize with the emotions of other collaborators, and who has relational intelligence, is more likely to achieve success and perform more easily their obligations.*

**Keywords:** *Emotional. intelligence. Leadership.*

## 1. Introdução

O âmbito empresarial contemporâneo focado na tecnologia, indústrias inteligentes, na promoção de do aumento de produtividade e lucratividade, busca por profissionais diferenciados, que além de especialização técnica consigam agregar valor pelas competências e habilidades profissionais.

Neste sentido, as características individuais são tidas como fator basilar para o desenvolvimento da Inteligência Emocional (IE), lembrando que essa ocorrência tem sido discutida sobremaneira pela área de Recursos Humanos.

A pesquisa investigou a seguinte problemática: Até que ponto as organizações, estão de fato, preocupadas com o relacionamento interpessoal dos seus colaboradores? Quais evidências apontam que o autoconhecimento e a autoconfiança desenvolvem profissionais com excelência?

Observou-se que a IE está efetivamente inserida no ambiente de tarefa. Por conseguinte, notou-se ser imperativo agilizar a aquisição desta competência trabalhando os mais diversos tipos de emoções na intenção de se utilizar a IE nos processos conflitantes que surgem nos ambientes organizacionais.

Em tal contexto, Weisinger (2001) afirma que:

A inteligência emocional é simplesmente o uso inteligente das emoções, isto é, fazer intencionalmente com que as emoções trabalhem a seu favor, usando-as como uma ajuda para editar seu comportamento a seu raciocínio de maneira a aperfeiçoar seus resultados (WEISINGER, 2001, p.14).



É oportuno lembrar que, a inteligência emocional está em saber lidar com as emoções de forma positiva na intenção de se alcançar resultados eficazes, trazendo melhorias para o ambiente de trabalho.

Nessa vertente, Gardner (1995) evidencia que:

A inteligência emocional envolve talentos, como a capacidade de motivar-se e persistir diante de frustrações, controlar impulsos e adiar a satisfação, regular o próprio estado de espírito e impedir que a aflição invada a capacidade de pensar, além de criar empatia e esperar, tudo com objetivo de garantir uma vida bem-sucedida em diversos campos (GARDNER, 1995, p.21).

Goleman (2012) ressalta que a IE busca identificar a capacidade de lidar com os próprios sentimentos e os alheios, de motivar-se e seguir em frente diante de adversidades, canalizar os sentimentos para contextos mais adequados em que são melhores geridos dentro de si e nos relacionamentos.

Por conta desses constructos, acredita-se que o correto uso da IE seja ponto essencial para o desenvolvimento de um planejamento estratégico dinâmico, implementação da cultura organizacional agregadora e a manutenção de clima favorável. Outrossim, deve-se partir da premissa de que profissionais emocionalmente equilibrados produzem mais, faltam menos ao trabalho, sofrem menos acidentes e têm menos doenças graves.

Goleman (2012, p. 58), ainda estabelece as características da IE, tais como:

[...] a capacidade de criar motivações para si próprio e de persistir num objetivo apesar dos percalços; de controlar impulsos e saber aguardar pela satisfação de seus desejos; de se manter um bom estado de espírito e de impedir que a ansiedade interfira na capacidade de raciocinar; de ser empático e confiante.

Cabe enfatizar, que a IE deve ser desenvolvida para que a pessoa aprenda a lidar com as emoções da forma positiva além de identificar sentimentos das pessoas que nos cercam, base da automotivação e do controle das emoções dentro de nós e em nossos relacionamentos. O âmbito empresarial contemporâneo requer não apenas as habilidades intelectuais e conhecimentos técnicos. Demanda que o profissional tenha pró-atividade, valores, ética, além de saber controlar as emoções mantendo uma postura racional.

A relação existente entre automotivação e IE é bem contígua. Isso acontece, pelo fato do ser humano se deixar dominar por emoções negativas, impossibilitando

o atingimento do ápice do seu potencial, no que se refere à automotivação, considerada essencial para o alcance de metas e objetivos propostos diariamente no ambiente de trabalho.

Este estudo teve como objetivo mostrar a importância da IE nas diversas relações estabelecidas no ambiente de trabalho e sua utilização nas questões profissionais e interpessoais. Já os objetivos específicos requerem: (I) investigar as causas e efeitos da IE, nas atividades profissionais e pessoais, gerando impactos negativos para a organização; e, (II) verificar o que pode levar o profissional a não desenvolver IE, e a não querer ajuda do autoconhecimento e autodesenvolvimento, enquanto ser relacional.

Goleman (1995, p.13) esclarece que “na dimensão intrapessoal destacam-se as componentes de autoconhecimento e de autocontrole das emoções que se referem à capacidade de compreender e distinguir os impulsos emocionais próprios e controlá-los em seu benefício”.

Nadler (2011) explica que as emoções são contagiosas; com isso é basilar que o líder tenha a desenvoltura para gerenciar suas emoções, pelo fato do mesmo ser um termostato emocional da equipe e pode entusiasmar o humor e produtividade de sua equipe.

Não obstante, o ser humano tem em mãos valiosa fonte de poder para seu crescimento, a emoção. Entretanto, muitas das vezes, as pessoas não sabem reconhecer e administrar as próprias emoções e sentimentos. A dita emoção está ligada diretamente ao seu eu mais profundo, possuindo características próprias.

Por sua vez, Gardenswartz define a IE como sendo:

a capacidade de avaliar e compreender sentimentos e usar a energia deles de maneira produtiva. Além da compreensão, envolve ações específicas para reconhecer sentimentos, compreende-los, expressa-los verbalmente e depois aplicar sua energia eficazmente. As emoções não são tão dóceis de lidar. (GARDENSWARTZ 2012, p. 27).

Fulanetto (2012), por exemplo, esclarece que a IE está intimamente ligada às habilidades do ser humano, como a automotivação e a persistência diante de dificuldades vividas; o autocontrole, expor as emoções de maneira apropriada e conseguir extrair do próximo o melhor de sua personalidade apenas com a empatia.

A IE reflete em respeito, motivação, produtividade e engajamento, mas que os colaboradores sintam-se tolamente engajados e respeitados pela organização,

tornando o colaborador confiante a estimular e viver suas emoções de uma forma sincera, equilibrada e totalmente positivas, desta maneira tendo condições para realizar com excelência a sua jornada de trabalho.

A pesquisa foi dividida em três capítulos. O Capítulo I tratou das definições da IE. O capítulo II, abordou dos fatores causadores da falta de conhecimento da IE no ambiente de trabalho, detalhando os problemas gerados a partir da aplicação incorreta da IE na organização. Já o Capítulo III evidenciou os impactos da IE tanto para profissional como para a organização.

## **2. Metodologia**

Propõe-se por meio da metodologia aprofundar o conhecimento e buscar respostas sobre os impactos que a IE pode gerar no ambiente de trabalho. A pesquisa foi desenvolvida por meio de livros, estudos de casos e artigos publicados em *sites* oficiais.

## **3. Resultados e Discussão**

Para Cury (2015), que estuda a teoria da realidade, a teoria da inteligência multifocal tem como desígnio estudar o complexo processo de interpretação. A denominação multifocal advém do estudo e da construção dos pensamentos em seus múltiplos aspectos conscientes e inconscientes.

Já o psicólogo americano Gardner (2015) concorda com uma visão unilateral da inteligência, enquanto indicadores de quociente de inteligência focam nos predicados importantes das pessoas. O autor constatou a existência de vários tipos de inteligências, cada uma voltada para áreas específicas, e, na sequência afirma que as pessoas nascem com básico de cada inteligência e de acordo com sua percepção, cada ambiente valoriza determinada habilidade. Não obstante, a IE baseada em obras dos autores citados no decorrer deste trabalho nos mostrou o que cada um deles pensa e descrevem em seus livros.

Daniel Goleman (2005) acredita que o controle da emoção é essencial para desenvolvimento da inteligência do indivíduo. O autor acredita que a IE não está associada a uma loteria genética. Ou seja, ter IE, não garante o sucesso ou insucesso profissional. Por conseguinte, existem formas de observar como lidar com nossas

próprias emoções, possuir autoconhecimento e controle emocional, automotivação e também saber lidar com a emoção do outro.

De acordo com o autor, as competências pessoais que geram um desempenho excepcional da liderança, estão agrupadas em três categorias conforme demonstrado no quadro 5.

Quadro nº 01 : Competências pessoais que geram inteligência emocional

Competências	Detalhamento
Habilidades Técnicas:	Planejamento de negócio, contabilidades, puramente técnica.
Habilidades Cognitivas:	Raciocínio analítico.
Competências da Inteligência Emocional:	Capacidade de trabalhar com o outro e eficácia ao liderar mudanças.

Fonte: Goleman Daniel. Liderança a inteligência emocional na formação do líder de sucesso, Rio de Janeiro, Editora: Objetiva, 2015.

#### 4. Conclusão

Ratifica-se, após análise que as características individuais são essenciais para o desenvolvimento da IE e que vem sendo discutido sobremaneira pela área de Recursos Humanos. Por meio da investigação realizada, obteve-se o atingimento do objetivo, pelo fato de ser possível demonstrar a importância da IE nas diversas relações estabelecidas no ambiente de trabalho e sua utilização nas questões profissionais e interpessoais.

Entretanto, acredita-se a Gestão de Pessoas precisa estabelecer a conexão existente entre a IE e as emoções, no sentido de identificar competências comportamentais essenciais para aumentar a motivação desses profissionais e diminuir os conflitos existentes.

No que se refere à problemática da pesquisa, observou-se que as organizações contemporâneas precisam intensificar estudos no que se refere às relações interpessoais dos seus profissionais, de modo que os mesmos possam desenvolver competências profissionais pautadas no autoconhecimento a fim de adquirirem, na prática, autoconfiança.

Por fim, espera-se que o sucesso seja o reflexo de como o profissional desenvolve competências e canaliza e controla suas energias. Detectou-se que as

necessidades básicas tais como benefícios, salários e instalações, são em geral comuns. O que difere é o clima nas empresas e a forma como o colaborador é motivado a executar suas atividades. Acredita-se que o perfil de profissional calmo resiliente, que saiba gerenciar com sabedoria suas próprias emoções, e que seja empático em relação às emoções dos outros colaboradores, e inteligência relacional, possa ter mais chances de alcançar o sucesso e desempenhar com maior suas obrigações

### **Referências Bibliográficas**

CURY, Augusto. **Gestão da Emoção: técnicas de *coaching* emocional para gerenciar a ansiedade, melhorar o desempenho pessoal e profissional conquistar uma mente livre e criativa.** São Paulo. Editora: Saraiva, 2015.

FULANETTO, TEREZINHA CASTILHO. **Inteligência emocional.** Escola de Educação. Disponível em <http://www.din.uem.br/ia/emocional/>. Acesso 12/05/2013.

GARDENSWARTZ, LEE. **Inteligência emocional na gestão de resultados.** São Paulo: Clio Editora, 2008.

GARDNER, H. **Inteligências múltiplas: a teoria na prática.** 1. Ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995 p.21

GOLEMAN, D. **Emotional Intelligence.** New York: Bantam Books, 1995.

\_\_\_\_\_. **Inteligência Emocional: A teoria revolucionária que redefine o que é ser inteligente.** Editora Objetiva. Rio de Janeiro. 2012.

\_\_\_\_\_. **Liderança a Inteligência Emocional na Formação do Líder de Sucesso,** Rio de Janeiro, Editora: Objetiva, 2015.

NADLER, R. S. **Liderando com inteligência emocional: como gerir equipes na prática e conseguir os melhores resultados a partir da confiança e colaboração.** (E. Machado, Trad.). Rio de Janeiro: Alta. Books. 2011.

WEISINGNER, Hendrie. **Inteligência emocional no Trabalho.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2001 pag.14.